

Índice

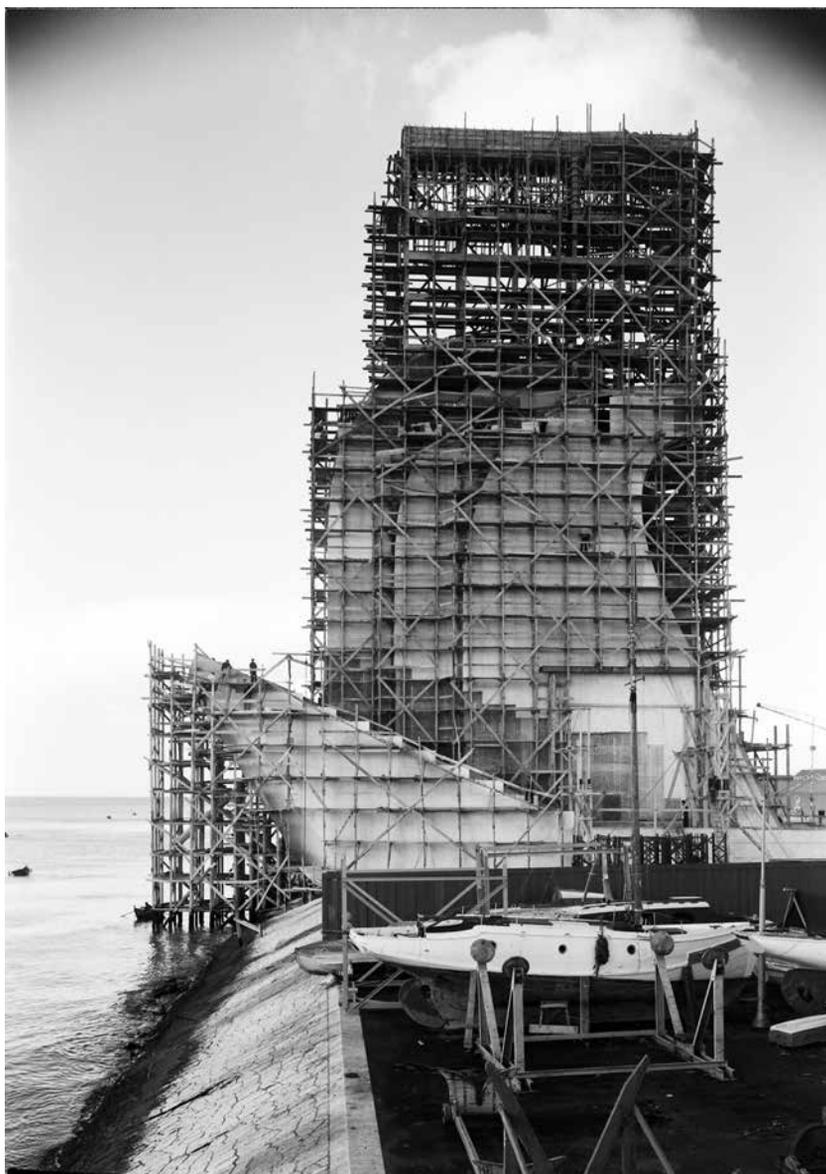
Prólogo	11
Glossário de Iniciais	15
PRIMEIRA PARTE: MIL ATOS DE RESISTÊNCIA	
1. As Histórias Que Contamos a Nós Mesmos	21
2. Sem Medo	35
3. Caídos do Céu	63
4. A Guerra Colonial	91
SEGUNDA PARTE: OPERAÇÃO VIRAGEM HISTÓRICA	
5. Uma Conspiração de Capitães	119
6. Confrontação	145
7. Plano Geral das Operações (Viragem Histórica)	169
8. “Faltam Cinco Minutos para as Vinte e Três Horas...”	191
9. Amanhecer no Terreiro do Paço	215
10. Está na Hora	237
11. Caça aos Fascistas e o Preço do Bacalhau	257
TERCEIRA PARTE: PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO	
12. Declínio e Queda de António de Spínola	275
13. Crise	303
Epílogo	341
Agradecimentos	351
Bibliografia	353
Notas	357

PRIMEIRA PARTE

Mil Atos de Resistência

*... os portugueses — europeus e africanos — combatem,
sem espectáculo e sem alianças, orgulhosamente sós.*

António de Oliveira Salazar, 1963



*Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, em construção
na margem norte do Tejo, 1940.*

CAPÍTULO 1

As Histórias Que Contamos a Nós Mesmos

Na margem norte do rio Tejo, em Belém, poucos quilómetros a oeste das docas de Lisboa e a leste de onde o rio se torna mar, ergue-se um alto monumento de pedra. Visto de lado, assemelha-se a um grande veleiro com uma forma quase brutalista, de proa saindo das águas do rio. Duas bandeiras portuguesas quadradas do século xv aparecem em relevo de pedra por cima das velas. No convés, estão trinta e três figuras em calcário, maiores do que o tamanho natural. Posam num quadro de composição medieval — cavaleiros e rainhas ajoelhados em oração, homens de túnicas sem mangas erguendo um pesado padrão de pedra, figuras estoicas segurando uma espada ou globo ou bússola e olhando, com expectativa, para o mar. A parte traseira do monumento mostra uma espada comprida maciça, apontada para o chão. O monumento é conhecido por Padrão dos Descobrimentos, uma homenagem a uma época em que a influência de Portugal se estendia até aos confins do globo. Um tempo em que Portugal foi pioneiro na conquista dos mares.

Tem desculpa quem pense que o monumento data de há séculos, tornando-o talvez contemporâneo de algumas das figuras nele representadas. A freguesia de Belém, apesar de ficar a poucas paragens de comboio do centro da cidade, é um bairro museológico de Lisboa, repleto de monumentos e edifícios da época de ouro marítima de Portugal e mesmo anteriores a ela. O Padrão dos Descobrimentos,

no entanto, é muito mais recente. Foi inicialmente concebido em 1939, para uma exposição comemorativa do oitavo centenário do Estado português, realizada em 1940. Nessa altura, Portugal estava há sete anos sob o regime autoritário conservador de António de Oliveira Salazar, e sob ditadura militar há catorze. A narrativa ideológica do chamado Estado Novo tinha-se assenhoreado da cultura. O monumento, construído em 1940, foi desmantelado; este que está nas margens do Tejo é uma recriação, instalada em 1960, dez anos antes da morte de Salazar e catorze anos antes da revolução que tudo mudou. O monumento aos “Descobrimentos” encerra em si grande parte do mito de Portugal sobre si próprio, cuidadosamente desenvolvido e cultivado ao longo de séculos, antes de ser incorporado na narrativa do Estado Novo. Para compreender a revolução portuguesa de 1974, é preciso compreender o Estado Novo, e para compreender o Estado Novo é preciso compreender os alicerces que compõem o mito nacional português.

Em meados do século XIII, uma jovem nação portuguesa, virulentamente cristã, está a concluir o processo de expulsão dos mouros do seu território, nos confins da Península Ibérica — uma sangrenta e prolongada campanha militar referida ainda hoje como a Reconquista. Este nome é, em si, uma peça subtil, mas profundamente eficaz, de propaganda oficial: *Reconquista*, a retomada de algo perdido injustamente. Implica uma propriedade da terra que ultrapassa a ocorrência de viver nela: é uma propriedade histórica, moral e verdadeira, que justifica todos os meios utilizados para recuperá-la. A mesma lógica operada nas Cruzadas europeias, em que Portugal foi um participante entusiasta regular: tal como a Terra Santa pertence legitimamente à cristandade, também as terras da Península Ibérica pertencem legitimamente aos portugueses e espanhóis. A narrativa da Reconquista foi adotada com entusiasmo por Salazar e pelo Estado Novo de Portugal e fortemente popularizada na educação sob o regime do general Francisco Franco, em Espanha. No início do século XV, a aplicação dos princípios da Reconquista estende-se para lá das fronteiras “históricas” e Portugal cruza as suas fronteiras estabelecidas, com a conquista da cidade

norte-africana de Ceuta. Em 1420 e 1427, as ilhas desabitadas da Madeira e do arquipélago dos Açores são descobertas e rapidamente povoadas. O século seguinte é de extensa exploração e conquista naval — o início da afirmação de Portugal como uma superpotência global dominante. Os seus veleiros descrevem o perímetro de África, estabelecendo recordes de exploração europeia e criando estrategicamente entrepostos comerciais e povoados permanentes, que facilitam o objetivo final: uma rota coerente para a Índia e a sua abundante riqueza, rodeando o continente africano. Esta é realizada pela primeira vez pelo pioneiro navegador Vasco da Gama, em 1498. Através de uma combinação de astúcia política e de um poder tecnológico avassalador, é criada uma rede de bases significativa na Índia. Crucial para isso é a providencial Batalha de Cochim, em 1504, na qual um minúsculo destacamento português detém uma vasta força de ataque do *samorim* de Calecute*, uma batalha prolongada, onde a superioridade do poder de fogo e uma colocação tática inteligente dita uma vitória portuguesa decisiva. A Batalha de Cochim junta-se a outras batalhas fundamentais da história portuguesa — como a Batalha de Ourique contra os mouros, em 1139, e a de Aljubarrota contra Castela, em 1385, onde um insignificante exército português domina o que parece ser uma situação impossível —, sempre interpretadas como tendo mão da providência divina. Cada vitória é mais uma pincelada na imagem de um povo agraciado por Deus. No final do reinado de D. João III, em 1557, Portugal tem colónias substanciais em Cabo Verde, Brasil, Angola, Moçambique, Goa, Damão e Diu e aventurou-se para Oriente, até ao Japão. Essas conquistas coloniais são mantidas e expandidas através da violência e da subjugação, e, embora Portugal faça uma gestão bem-sucedida do comércio de especiarias e metais preciosos, os portugueses também estabelecem um próspero comércio de escravos, predominantemente da África Ocidental, capturando e vendendo escravos até à Índia, China e Japão. Os traficantes justificam as suas ações com a alegação de que os esca-

* Cidade do sul da Índia; não confundir com Calcutá, no leste. (N. T.)

vos estão a ser “salvos” através do batismo — uma preocupação com as almas que não se estende à carne, que é marcada com ferros, queimada com cera, chicoteada e acorrentada nas terrivelmente longas travessias dos oceanos.

É durante a “idade de ouro” da exploração que Portugal constrói o seu mito nacional. A história de uma nação pode ser mapeada através das histórias que ela conta de si mesma. A maioria dos povos europeus cujo passado envolve a conquista romana mantém firmemente a história das suas próprias tribos rebeldes, uns pobretanas destemidos que se opuseram à invasão da tropa de elite de Roma. Vemos isso na colagem francesa a uns gauleses da *Gália*, cuja mitologia nacional é mantida viva através, entre formas mais sóbrias, das figuras de *Astérix e Obélix*. Os ingleses e galeses têm a *Britânia*, os escoceses a *Caledónia*, os suíços veem-se herdeiros da *Helvécia* e os alemães da *Germânia* e da *Allemania*. Em Portugal, é a *Lusitânia*, uma tribo encontrada pela primeira vez pelos romanos após a Segunda Guerra Púnica, e que acabou por ser subjugada após décadas de valente resistência, sintetizada no talentoso guerreiro e estratega lusitano Viriato. Recuando ao longo da sua história, há um esforço concertado dos historiadores e do clero para estabelecer uma ligação direta entre o povo lusitano da Península Ibérica pré-romana e os portugueses modernos, ignorando séculos de ocupação moura, para reforçar a ideia de herança lusitana intacta e imaculada, com Viriato como o primeiro herói “nacional”. Em apoio desta ideia, nenhuma obra fez mais para promover este mito do que *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, publicada em 1572. Camões, o poeta mais influente de Portugal, muitas vezes ao lado de contemporâneos renascentistas como Shakespeare e Milton, mistura sem pudor a mitologia clássica com a história da viagem de Vasco da Gama à Índia. Os heróis da epopeia são os Lusíadas, filhos de Luso, pseudónimo para todo o povo português, destinados a realizar grandes feitos. A fantástica releitura da viagem do Gama é salpicada de relatos das batalhas de Ourique, Aljubarrota e Cochim, enquanto as personagens enfrentam vários perigos, que vão desde gigantes e tempestades cruéis até à ira dos deuses romanos. *Os Lusíadas* encontram

sucesso imediato numa nação embriagada pelo seu próprio poder expansionista, consolidando a visão de Camões como o verdadeiro mito nacional.

É, pois, irónico que *Os Lusíadas* contenham em si inúmeras homenagens e conselhos ao jovem rei D. Sebastião. Aos 21 anos, este lança uma trágica cruzada em Marrocos, em 1578, e vê o seu exército imediatamente derrotado. Desaparece no deserto e dá início a uma crise de sucessão. A sua solução conduz a sessenta anos de domínio espanhol e marca o início do declínio de Portugal como superpotência global. A morte (quase certa) de D. Sebastião na Batalha de Alcácer Quibir é talvez a última peça do mito nacional português — o rei desaparecido passa a representar um ideal heroico, uma figura messiânica destinada a um dia regressar e devolver Portugal ao seu lugar de direito, como potência hegemónica global. O sebastianismo, que começa como uma crença literal de que o rei voltaria, com o tempo torna-se um movimento religioso, em que o rei desaparecido regressa como um santo ou figura espiritual. O sebastianismo enquanto movimento ressurgue regularmente na história portuguesa ao longo de períodos de conflito, como a ocupação napoleónica, refletindo estados de espírito de nacionalismo, de reação antiespanhola e de nostalgia dos ideais da Reconquista e da expansão imperial.

Uma revolução em 1640, seguida de uma longa guerra de restauração, devolve a independência a Portugal e, nos séculos seguintes, o país mantém e expande lentamente as suas possessões coloniais, numa história pontuada por um terramoto devastador em 1755, com invasões francesas em 1807 e a transição para a monarquia constitucional em 1822, levando à independência do Brasil. Durante a *Partilha de África* e a Conferência de Berlim de 1890, o governo português entra em conflito diplomático com o Reino Unido sobre as ambições das respetivas nações em relação aos territórios situados entre Angola e Moçambique. O rescaldo da Partilha estabelece as fronteiras da Guiné Portuguesa, Angola e Moçambique de forma permanente, e o estatuto de Portugal ao lado dos seus vizinhos europeus como uma séria potência colonial. A sujeição do rei portu-

guês aos britânicos, no entanto, torna-se motivo para inúmeras lutas contra a monarquia, num país agitado por ambições republicanas nascentes. Em 1908, o rei D. Carlos e o seu herdeiro, o príncipe Luís Filipe, são assassinados no Terreiro do Paço, em Lisboa, por militantes republicanos, e, em 1910, o Partido Republicano Português lidera uma revolução que instaura a Primeira República, exilando o último rei de Portugal, D. Manuel II.

Durante os dezasseis anos da Primeira República vive-se num caos insustentável e prepara-se o cenário para o Estado fascista que se lhe segue. Entre 1910 e 1926, Portugal passa por oito presidentes e quarenta e cinco governos, ao mesmo tempo que atravessa uma crise económica, uma dívida esmagadora e as ameaças europeias da Primeira Guerra Mundial. Espelhando movimentos semelhantes em França e no México, a característica definidora do antigo republicanismo português é o seu feroz anticlericalismo, impondo a repressão às igrejas, conventos e mosteiros e perseguindo líderes religiosos. O cenário político turbulento é marcado por atos de violência constantes, greves militantes, revoltas militares periódicas e uma guerra civil iminente, com a governação flutuando descontroladamente entre diferentes fações republicanas. Há uma breve tentativa de ressurgimento monárquico e — antecipando uma tendência europeia — uma ditadura profascista de um ano, sob Sidónio Pais, a partir de dezembro de 1917. A Nova República sidonista, com a proibição de partidos políticos, o realinhamento com a Igreja e o regresso aos valores “tradicionais”, contando com a autoridade absoluta de uma figura carismática, é um projeto do que virá a ser o governo em Portugal. O assassinio de Sidónio em 1918 precipita uma situação cada vez mais instável, em que cada Governo subsequente aparenta ser mais uma prova para a condenação do republicanismo e torna a democracia parlamentar uma experiência fracassada. A intervenção de Portugal na Primeira Guerra Mundial, do lado dos Aliados, justifica-se em parte como forma de manter o controlo das colónias; mas a dispendiosa intervenção no conflito tem também o efeito de politizar e radicalizar as Forças Armadas contra a República. A 28 de maio de 1926, apoiado pela maioria dos partidos políticos e por